

ÍNDICE GERAL

<i>Do Prefácio de José Sette Camara à 1ª edição.....</i>	21
<i>Do Prefácio do autor à 12ª edição.....</i>	23

INTRODUÇÃO

1. Ordem jurídica numa sociedade internacional descentralizada.....	25
2. Fundamento do direito internacional público.....	27
3. Direito internacional e direito interno: teorias em confronto.....	28
4. Roteiro do curso	29

Parte I

NORMAS INTERNACIONAIS

5. O rol das fontes no Estatuto da Corte da Haia.....	33
---	----

Capítulo I

O TRATADO INTERNACIONAL

6. Perspectiva histórica	35
--------------------------------	----

Seção I — ENTENDIMENTO DO FENÔMENO CONVENCIONAL

7. Conceito.....	38
8. Terminologia.....	38
9. Formalidade	40
10. Atores	42
11. Efeitos jurídicos.....	42
12. Regência do direito internacional	46
13. Base instrumental	47
a) Troca de notas: um meio de comunicação	47
b) Troca de notas: um método negocial.....	48

Seção II — CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

14. Proposição da matéria.....	49
15. Número de partes.....	49
16. Procedimento.....	49
17. Natureza das normas.....	52
18. Execução no tempo.....	54
19. Execução no espaço.....	56

Seção III — PRODUÇÃO DO TEXTO CONVENCIONAL

20. Competência negocial.....	57
a) Chefes de Estado e de governo.....	58
b) Plenipotenciários.....	59
c) Delegações nacionais.....	61
21. Negociação bilateral: roteiro e circunstâncias.....	62
22. Negociação coletiva: roteiro e circunstâncias.....	65
23. Estrutura do tratado.....	68

Seção IV — EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO

24. Assinatura.....	70
25. Intercâmbio instrumental.....	71
26. Ratificação: entendimento.....	72
27. Ratificação: características.....	74
a) Competência.....	75
b) Discricionariedade.....	76
c) Irretratabilidade.....	77
28. Ratificação: formas.....	79
29. Ratificação: o depositário.....	80
30. Pressupostos constitucionais do consentimento: generalidades.....	81
31. Pressupostos constitucionais do consentimento: o sistema brasileiro.....	83
32. O problema dos “acordos executivos”.....	84
33. Acordos executivos possíveis no Brasil.....	86
a) O acordo executivo como subproduto de tratado vigente... ..	86
b) O acordo executivo como expressão de diplomacia ordinária.....	87
34. Procedimento parlamentar.....	88
35. Reservas.....	90

36. Vícios do consentimento.....	93
a) Consentimento viciado pela desobediência ao direito público interno.....	93
b) Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador	95
c) Coação sobre o Estado	95

Seção V — ENTRADA EM VIGOR

37. Sistemas.....	97
a) Vigência contemporânea do consentimento.....	97
b) Vigência diferida	98
38. Registro e publicidade	98
a) O sistema da Sociedade das Nações.....	99
b) O sistema das Nações Unidas.....	100
c) Registros regionais e especializados	101
39. Incorporação ao direito interno	102
40. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.....	102

Seção VI — O TRATADO EM VIGOR

41. Efeitos sobre as partes	103
42. Efeitos sobre terceiros	109
a) Efeito difuso: as situações jurídicas objetivas.....	109
b) Efeito aparente: a cláusula de nação mais favorecida	110
c) Previsão convencional de direitos para terceiros.....	111
d) Previsão convencional de obrigações para terceiros. O sistema de garantia	111
43. Duração.....	112
44. Ingresso mediante adesão	113
45. Emendas	116
46. Violação.....	117
47. Interpretação	120
a) Sistemas.....	121
b) Métodos	122
48. Conflito entre tratados	124
a) Identidade da fonte de produção normativa	124
b) Diversidade da fonte de produção normativa	125
49. Conflito entre tratado e norma de direito interno	126
a) Prevalência dos tratados sobre o direito interno infra-constitucional.....	128
b) Paridade entre o tratado e a lei nacional.....	128

50. Situações particulares em direito brasileiro atual.....	130
a) Domínio tributário: o art. 98 do Código Tributário Nacional	130
b) Direitos e garantias fundamentais: o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição	131

Seção VII — EXTINÇÃO DO TRATADO

51. A vontade comum.....	133
a) Predeterminação ab-rogatória.....	134
b) Decisão ab-rogatória superveniente	135
52. A vontade unilateral.....	137
53. Denúncia e direito interno	140
54. Mudanças circunstanciais.....	144
a) A execução tornada impossível	144
b) <i>Rebus sic stantibus</i>	144
55. <i>Jus cogens</i>	146

Capítulo II

FORMAS EXTRA CONVENCIONAIS DE EXPRESSÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

56. Proposição da matéria.....	148
--------------------------------	-----

Seção I — O COSTUME INTERNACIONAL

57. Elementos do costume.....	148
58. O elemento material	149
59. Elemento subjetivo: a <i>opinio juris</i>	150
60. O problema da generalidade	151
61. Prova do costume: atos estatais	152
62. Prova do costume no plano internacional.....	153
63. Costume e tratado: a questão hierárquica.....	154
64. Costume e tratado: a evolução histórica.....	155
65. Codificação do direito costumeiro.....	156
66. Fundamento de validade da norma costumeira	159
67. Fundamento do costume: a doutrina e a Corte	160

Seção II — PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

68. Significado original	162
--------------------------------	-----

69. Entendimento extensivo.....	163
70. Fundamento de validade dos princípios gerais.....	163

Seção III — ATOS UNILATERAIS

71. Controvérsia.....	165
72. Ato e norma	166

Seção IV — DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

73. Ainda a controvérsia.....	167
74. Nomenclatura e eficácia	168
75. Natureza jurídica. Autonomia.....	169

Capítulo III

INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO

76. Proposição da matéria.....	171
--------------------------------	-----

Seção I — JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA

77. O juiz não legisla	171
78. Determinação do teor das normas não escritas.....	172
79. Que jurisprudência?.....	173
80. Doutrina: a difícil sintonia.....	174

Seção II — ANALOGIA E EQUIDADE

81. Métodos de raciocínio jurídico.....	175
82. Entendimento da equidade	176

Parte II

PERSONALIDADE INTERNACIONAL

83. Estados e organizações internacionais.....	181
84. Indivíduos e empresas	182
85. Réus em foro internacional.....	184
86. Litígios transnacionais entre o particular e o Estado.....	190

87. Proposição da matéria.....	192
--------------------------------	-----

Capítulo I O ESTADO

88. Três elementos.....	193
-------------------------	-----

Seção I — TERRITÓRIO DO ESTADO

89. Jurisdição ou competência.....	193
90. Aquisição e perda de território	194
91. Delimitação territorial	197

Seção II — IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL

92. Um velho tema.....	199
93. Diplomacia propriamente dita e serviço consular	200
94. Privilégios diplomáticos	201
95. Privilégios consulares	202
96. Aspectos da imunidade penal	204
97. Renúncia à imunidade	205
98. Primado do direito local	206
99. Estado estrangeiro e jurisdição local	207
100. Imunidade do Estado: fatos novos e perspectivas	209

Seção III — DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO

101. População e comunidade nacional.....	212
102. Conceito de nacionalidade.....	212

Subseção 1 — *A nacionalidade em direito internacional*

103. Princípios gerais e normas costumeiras.....	213
104. Tratados multilaterais	215

Subseção 2 — *A nacionalidade brasileira*

105. Matéria constitucional	218
106. Brasileiros natos	219
107. Brasileiros naturalizados	222
108. Perda da nacionalidade brasileira	222

Subseção 3 — *O estatuto de igualdade*

109. Gênese	224
-------------------	-----

110. Dois padrões de igualdade.....	224
111. Extinção do benefício estatutário	225
Seção IV — CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	
112. Admissão discricionária	226
Subseção 1 — <i>Títulos de ingresso e direitos do estrangeiro</i>	
113. Variedade dos vistos	226
114. Diversidade dos direitos	227
Subseção 2 — <i>Exclusão do estrangeiro por iniciativa local</i>	
115. Deportação.....	228
116. Expulsão	229
Subseção 3 — <i>A extradição</i>	
117. Conceito e fundamento jurídico	230
118. A extradição no Brasil: reciprocidade e poderes constitu- cionais do Congresso.....	232
119. Discrição governamental e obrigação convencional	232
120. Submissão ao exame judiciário	233
121. Controle jurisdicional	234
122. Legalidade da extradição	235
123. Efetivação da entrega do extraditando.....	240
Subseção 4 — <i>Variantes ilegais da extradição</i>	
124. Dilemas da Justiça	241
125. Indiferença do direito internacional.....	244
126. Vocação protetiva do direito interno.....	245
127. O sistema protetivo no direito brasileiro	246
128. A doutrina do caso Biggs	247
Subseção 5 — <i>Asilo político</i>	
129. Conceito e espécies.....	250
130. Natureza do asilo diplomático	251
131. Disciplina do asilo diplomático	252
Seção V — PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	
132. Normas substantivas	253
133. Declaração de 1948: direitos civis e políticos	254

134. Declaração de 1948: direitos econômicos, sociais e culturais	255
135. Direitos humanos de terceira geração.....	255
136. Tratados sobre os direitos humanos.....	256
137. Mecanismos de implementação.....	257

Seção VI — SOBERANIA

138. Noção de soberania.....	259
139. Roteiro da matéria	262

Subseção 1 — *Reconhecimento de Estado e de governo*

140. Natureza declaratória do reconhecimento de Estado.....	263
141. Formas do reconhecimento de Estado	264
142. Reconhecimento de governo: circunstâncias.....	265
143. Doutrina Tobar: a expectativa da legitimidade	267
144. Doutrina Estrada: uma questão de forma	268
145. Harmonização das doutrinas. Prática contemporânea	269

Subseção 2 — *Estados federados e territórios sob administração*

146. O fenômeno federativo e a unidade da soberania	270
147. Atuação aparente de províncias federadas no plano internacional.....	272
148. Territórios sob administração: a ONU e o sistema de tutela....	274

Subseção 3 — *Soberania e hipossuficiência*

149. O problema dos microestados	275
150. Nações em luta pela soberania	277
151. A Santa Sé: um caso excepcional	278

Seção VII — MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

152. Atualidade das normas	280
153. Matrizes do direito ambiental	282

Capítulo II

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

154. Introdução.....	284
----------------------	-----

Seção I — TEORIA GERAL

155. Personalidade jurídica	292
156. Órgãos.....	293

157. Aspectos do processo decisório.....	294
158. A organização frente a Estados não membros.....	298
159. Sede da organização.....	299
160. Representação, garantias, imunidade.....	300
161. Finanças da organização.....	303
162. Admissão de novos membros.....	304
163. Sanções.....	306
164. Retirada de Estados-membros.....	308

Seção II — ESPÉCIES

165. Alcance e domínio temático.....	309
166. Alcance universal, domínio político: a SDN e a ONU.....	309
167. Alcance universal, domínio específico.....	311
168. Alcance regional, domínio político.....	312
169. Alcance regional, domínio específico.....	313

Capítulo III

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

170. Conceito.....	315
171. Fundamento.....	316

Seção I — ELEMENTOS ESSENCIAIS

172. O ato ilícito.....	317
173. A imputabilidade.....	317
174. O dano.....	320

Seção II — PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA

175. Teoria geral.....	321
176. O endosso.....	322
177. Primeira condição do endosso: a nacionalidade do particular.....	323
178. Dupla nacionalidade.....	324
179. Nacionalidade contínua.....	325
180. Nacionalidade efetiva.....	325
181. Proteção funcional.....	327
182. Segunda condição do endosso: o esgotamento dos recursos internos.....	328

183. Efeito jurídico do endosso	329
184. Renúncia prévia à proteção diplomática: a doutrina e a cláusula Calvo	330

Seção III — CONSEQUÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

185. A reparação devida	332
186. Formas e extensão da reparação devida.....	332

Capítulo IV O FENÔMENO SUCESSÓRIO

187. O princípio da continuidade do Estado	335
--	-----

Seção I — SUCESSÃO DE ESTADOS: MODALIDADES

188. Fusão ou agregação de Estados	336
189. Secessão ou desmembramento de Estados	336
190. Transferência territorial	337

Seção II — SUCESSÃO DE ESTADOS: EFEITO JURÍDICO

191. Normas aplicáveis.....	337
192. Nacionalidade das pessoas	338
193. Bens públicos.....	338
194. Tratados e dívida externa.....	339

Seção III — SUCESSÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

195. Um quadro recente	341
196. Dois exemplos	341

Parte III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

197. Proposição da matéria.....	345
198. O polo norte	345
199. A Antártica.....	346

Capítulo I O MAR

200.	Codificação do direito costumeiro.....	349
201.	Navios: noção e espécies	350
Seção I — ÁGUAS INTERIORES, MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA		
202.	Variedade das águas interiores.....	351
203.	Regime jurídico	352
204.	Mar territorial: natureza e regime jurídico	353
205.	Mar territorial: extensão	354
206.	Mar territorial: delimitação.....	355
207.	Zona contígua	357
Seção II — ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA		
208.	Entendimento.....	357
209.	Direitos do Estado costeiro.....	358
210.	Direitos da comunidade.....	358
Seção III — PLATAFORMA CONTINENTAL E FUNDOS MARINHOS		
211.	Regime jurídico da plataforma continental	359
212.	Regime jurídico dos fundos marinhos	360
Seção IV — ALTO MAR		
213.	Princípio da liberdade.....	361
214.	Restrições à liberdade.....	361
215.	Disciplina da navegação	362
Seção V — TRÂNSITO MARÍTIMO: ESTREITOS E CANAIS		
216.	Estreitos: algumas normas gerais	363
217.	Canais: regimes singulares	364

Capítulo II RIOS INTERNACIONAIS

218.	Conceito.....	368
------	---------------	-----

Seção I — ALGUNS PRINCÍPIOS

219. Um direito casuístico.....	368
---------------------------------	-----

Seção II — REGIMES FLUVIAIS SINGULARES

220. Rios da América do Sul.....	369
221. Outros regimes.....	370

Capítulo III

O ESPAÇO

222. Distinção preliminar.....	372
--------------------------------	-----

Seção I — O ESPAÇO AÉREO

223. Princípios elementares.....	372
224. Normas convencionais.....	373
225. Nacionalidade das aeronaves.....	374
226. O sistema das cinco liberdades.....	375
227. Segurança do tráfego aéreo.....	376

Seção II — O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO

228. Gênese das normas.....	377
229. Cooperação e pacifismo relativo.....	378

Parte IV

CONFLITOS INTERNACIONAIS

230. Noção de conflito internacional.....	381
231. Proposição da matéria.....	382

Capítulo I

SOLUÇÃO PACÍFICA

232. Evolução dos meios.....	385
------------------------------	-----

Seção I — MEIOS DIPLOMÁTICOS

233. O entendimento direto em sua forma simples.....	386
234. Bons ofícios.....	386
235. Sistema de consultas.....	388

236. Mediação	388
237. Conciliação	390
238. Inquérito: uma preliminar de instância	391

Seção II — MEIOS POLÍTICOS

239. Órgãos políticos das Nações Unidas	391
240. Esquemas regionais e especializados	394

Seção III — MEIOS JURISDICIONAIS

241. Conceito	395
---------------------	-----

Subseção 1 — *A arbitragem*

242. Jurisdição <i>ad hoc</i>	395
243. Árbitros e tribunais arbitrais	396
244. A Corte Permanente de Arbitragem	397
245. Base jurídica da arbitragem	397
246. Natureza irrecorrível da sentença arbitral	399
247. Obrigatoriedade da sentença arbitral	400
248. Carência de executoriedade	400

Subseção 2 — *A solução judiciária*

249. Uma opção soberana	400
250. Uma história recente	401
251. A Corte da Haia: duas fases	402
252. 1945: a ressurreição da Corte	403
253. Juízes da Corte da Haia	403
254. Competência contenciosa	404
255. Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória	406
256. Linhas gerais do procedimento	407
257. Natureza do acórdão	408
258. Competência consultiva	412
259. Cortes regionais e especializadas	412

Capítulo II

A GUERRA FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

260. <i>Jus in bello</i>	415
--------------------------------	-----

Seção I — DIREITO ANTERIOR À PROSCRIÇÃO DA GUERRA

261. Velhas regras costumeiras.....	416
262. Codificação: primeiros passos	417
263. O direito da Haia: guerra e neutralidade.....	418

Seção II — EVOLUÇÃO DA NORMA PROIBITIVA DA GUERRA
(1919-1945)

264. Pacto da SDN: o prazo moratório.....	420
265. Pacto Briand-Kellog: a renúncia.....	420
266. Carta das Nações Unidas: a proibição formal e extensiva.....	420

Seção III — DIREITO SUPERVENIENTE À PROSCRIÇÃO
DA GUERRA

267. O direito de Genebra: o imperativo humanitário.....	422
268. Desarmamento e outros temas de trato recente	424
269. Guerra total: hoje um falso problema	425

<i>Abreviaturas</i>	427
---------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	431
---------------------------	-----

Obras gerais	431
Normas internacionais	435
Personalidade internacional	440
Domínio público internacional	444
Conflitos internacionais	445
Outras obras	446

<i>Índice remissivo</i>	449
-------------------------------	-----